

Nome da entidade	Quantia (em euros)
CEDHRUS — Centro de Desenvolvimento Hermígio Romarigues	250
Sub-Região de Saúde de Vila Real	250
Associação Flaviense de Bombeiros Voluntários	30 000
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Ribeira de Pena	30 000
Grupo de Animação Desportivo e Cultural de Valpaços	150
Associação Desportiva e Cultural da Escola Diogo Cão	500
Associação Regional dos Agricultores Terras de Montenegro	250
Associação Portuguesa Paralisia Cerebral — Núcleo Regional de Vila Real	3 500
Associação Cultural e Social de Santa Eugénia	3 500
Clube de Ciclismo de Vila Real	500
Escola S/3 Dr. João de Araújo Correia	200
Cruz Vermelha Portuguesa	250
Agrupamento Vertical de Escolas de Santa Marta de Penaguião	250
Associação dos Deficientes das Forças Armadas — Núcleo de Chaves	250
Associação Académica da UTAD	500
Associação de Atletismo de Vila Real	750
Associação de Atletismo de Vila Real	1 000
Abambres Sport Clube	1 000
Agrupamento de Escolas Monsenhor Jerónimo do Amaral	150
Escola S/Dr. João de Araújo Correia	375
Conferências Vicentinas de Vila Real	500
Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa	250
Sport Vila Real e Benfica	500
Associação Juvenil Sócio-Cultural de Cabeda	400
Associação Desportiva Cultural de Constantim	250
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	250
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	250
Centro Cultural Lordelense	250
Associação Portuguesa dos Engenheiros Zootécnicos	250
Associação Cultural, Recreativa e Social do Aivão, A. S. A.	250
Associação Santo Mamede	1 000
Grupo Desportivo do Bairro Latino	500
Escola Secundária Camilo Castelo Branco	250
Associação Portuguesa Deficientes — Delegação Alto Tâmega	250
Associação Académica da UTAD	250
Rancho Folclórico Etnográfico das Ceifeiras de D. Dinis	250
Comité Português para a UNICEF	250
Estabelecimento Prisional Regional de Chaves	250
Associação Desportiva e Cultural de Abaças	250
Cruz Vermelha Portuguesa	500
Agrupamento de Escolas Peso da Régua Nascente	250
Escola Secundária Morgado de Mateus	200
Conferência de S. João Evangelista	250
Santa Casa da Misericórdia de Murça	2 500
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real e Cruz Verde	500
Comissão Instaladora do Centro de Apoio aos Doentes Alzheimer	500
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real e Cruz Verde	500
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de S. P. Cruz Banca, Vila Real	500
Associação Social, Cultural e Recreativa de São Vicente, freguesia de Ermelo	250
APPCDM — Associação Portuguesa Pais e Amigos Cidadão Deficiente Mental, Sabrosa	1 500
Junta de Freguesia de São Martinho de Anta	200
<i>Total</i>	118 560

19 de Janeiro de 2006. — O Governador Civil, *António Alves Martinho*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários

Aviso n.º 1330/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho do director-geral de 18 de Janeiro de 2006, faz-se público que a Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários pretende proceder à abertura de procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de chefe de divisão da Direcção de Serviços do Mercado Interno, nos seguintes termos:

1 — Área de actuação do cargo a prover — nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 344/91, de 17 de Setembro, a esta Divisão compete:

- Assegurar a coordenação e o acompanhamento dos assuntos relativos à competitividade europeia na vertente mercado interno, serviços, propriedade intelectual e protecção de dados;
- Participação activa nas negociações comunitárias.

2 — Requisitos formais de provimento — os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da lei supracitada:

- Ser funcionário público licenciado dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;
- Ser detentor de quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura.

3 — Perfil — estar habilitado com licenciatura em Relações Internacionais e com pós-graduação em Estudos Europeus. Ter experiência de acompanhamento e preparação do Conselho de Ministros da União Europeia na formação competitividade e dos grupos de trabalho de âmbito comunitário nos domínios referidos na área de actuação, experiência de contactos com as missões diplomáticas de Portugal no estrangeiro e dos países estrangeiros em Portugal.

4 — Métodos de selecção:

- Avaliação curricular;
- Entrevista pública.

5 — Constituição do júri:

Dr.ª Lénia Maria Seabra Real, directora de serviços do Mercado Interno, que preside.

Dr.ª Maria Paula da Cruz de Almeida de Azevedo e Vasconcelos Lemos de Mendonça, chefe de divisão da Direcção de Serviços de Formação, Informação e Documentação.

Prof. Doutora Patrícia Salvação Barreto, designada pela Universidade Lusíada de Lisboa.

6 — Formalização das candidaturas — os eventuais interessados deverão enviar requerimento dirigido ao director-geral dos Assuntos Comunitários, por correio, com aviso de recepção, podendo ser entregue directamente na Secção de Pessoal, sita na Rua da Cova da Moura, 1, 1350-115 Lisboa, no prazo de 10 dias úteis contados a partir da publicação da vaga na bolsa de emprego público. Sob pena de exclusão, o requerimento deverá ser acompanhado do *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, bem como de documentos autenticados comprovativos dos requisitos enunciados nos n.ºs 2 e 3.

19 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, *Nuno Brito*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

Despacho n.º 2852/2006 (2.ª série). — Determino, a seu pedido, a cessação de funções no meu Gabinete da secretária do crédito público principal Maria Fernanda de Jesus Matos, do quadro da Direcção-Geral dos Impostos, destacada para exercer essas funções pelo despacho n.º 17 344/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 12 de Agosto de 2005, cessando desta forma e a partir da produção de feitos o seu destacamento.

Ao cessar a sua colaboração a este Gabinete, louvo a dedicação, zelo e competência com que exerceu as suas funções.

O presente despacho produz efeitos reportados a 25 de Janeiro.

26 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 2853/2006 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Dezembro de 2005 do secretário-geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública e obtida a anuência, por deliberação de 30 de Novembro de 2005, do conselho de administração do Hospital de D. Estefânia:

Nélia Catarina de Sales Janino Pereira, técnica profissional de relações públicas de 2.ª classe do quadro de pessoal do Hospital de D. Estefânia, posicionada no escalão 2, índice 209 — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, com efeitos reportados ao dia 1 de Janeiro de 2006, ficando exonerada do lugar de origem a partir daquela data. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Janeiro de 2006. — O Secretário-Geral, *João Inácio Ferreira Simões de Almeida*.

Direcção-Geral da Administração Pública

Aviso n.º 1331/2006 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso misto para a categoria de assistente administrativo especialista.* — 1 — Faz-se público que, autorizado por despacho de 2 de Dezembro de 2005 da directora-geral da Administração Pública, ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, encontra-se aberto concurso interno de acesso misto para a categoria de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo.

2 — Serviço e local de trabalho — Direcção-Geral da Administração Pública, em Lisboa.

3 — Número de lugares e áreas funcionais — nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, foram fixadas as seguintes quotas:

Quota interna — 16 lugares para funcionários pertencentes à dotação global da carreira administrativa nas áreas funcionais

de administração de pessoal, orçamento e contabilidade, património, economato, arquivo e expediente;

Quota externa — um lugar vago para funcionários não pertencentes ao quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Pública nas áreas funcionais de economato e contabilidade.

4 — Prazo de validade — o concurso visa o provimento dos lugares mencionados, caducando com o respectivo provimento.

5 — Composição do júri:

Presidente — Dr.ª Isabel Maria Carvalho de Pina Gonçalves, assessora.

Vogais efectivos:

Ana Maria Gomes Ferreira, chefe de secção, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Maria Margarida Lourenço Martins, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Álvaro Tavares Pereira Alves, chefe de secção.

Maria Carolina Santos Serra Silva, assistente administrativa especialista.

6 — Método de selecção — avaliação curricular.

7 — Sistema de classificação final — a classificação final, expressa na escala de 0 a 20 valores, resultará da classificação obtida no método de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores. Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

8 — Apresentação de candidaturas:

8.1 — Prazo — 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, podendo ser entregues pessoalmente ou enviadas pelo correio, com aviso de recepção, atendendo-se, neste caso, à data do registo.

8.2 — Local de apresentação do requerimento:

No caso de entrega pessoal do requerimento de admissão, Direcção-Geral da Administração Pública, Avenida de 24 de Julho, 80-D, 1.º, Lisboa;

No caso de remessa pelo correio — Apartado 2905, 1123-001 Lisboa.

8.3 — Forma de apresentação do requerimento — o requerimento de admissão, dirigido à directora-geral da Administração Pública e contendo a indicação da categoria a que concorre, deverá explicitar os seguintes elementos: nome, estado civil, residência, código postal, telefone, número e data de validade do bilhete de identidade, indicação da natureza do vínculo, quadro de pessoal, serviço a que pertence e categoria que detém.

8.4 — Documentos a juntar ao requerimento:

- Curriculum profissional detalhado e actualizado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerce, bem como as que exerceu, com indicação dos respectivos períodos de permanência, actividades relevantes, assim como formação profissional detida, com indicação das acções de formação finalizadas (cursos, estágios, especializações, seminários, indicando a respectiva duração, conteúdos programáticos, datas de realização e entidades promotoras);
- Fotocópias dos comprovativos das acções de formação profissional realizadas;
- Declaração devidamente actualizada (data reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas), passada pelo serviço de origem a que pertence, da qual constem, de maneira inequívoca:

A existência e a natureza do vínculo, a categoria detida e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

As classificações de serviço relevantes nos períodos em referência;

- Requerimento, dirigido ao júri do concurso [a efectuar apenas pelos candidatos que não tenham sido objecto de avaliação de desempenho no(s) ano(s) relevante(s) para o concurso], solicitando, ao abrigo do artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, suprimimento da avaliação de desempenho relativamente ao(s) período(s) em falta, através da ponderação curricular, nos termos do artigo 19.º do mesmo diploma.

9 — Aos candidatos pertencentes à Direcção-Geral da Administração Pública não é exigida a apresentação dos documentos com-